

AS TAREFAS DO MOMENTO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Isto É-Senhor, 12/09/89

As eleições presidenciais que se aproximam e o desalento em relação ao que o atual governo ainda pode fazer no plano econômico levam muitos analistas a só se preocupar com o futuro governo. Esta atitude é compreensível. O governo Sarney desistiu definitivamente de realizar um ataque frontal à inflação, à dívida externa e à crise fiscal. Seu objetivo declarado nestes meses que lhe restam é de manter a economia minimamente sob controle.

Isto entretanto não significa que o atual governo possa ou deva se contentar em simplesmente tentar evitar a hiperinflação nos meses que lhe restam. Existem algumas ações de médio prazo que ainda podem e devem ser tentadas, principalmente medidas preparatórias para o ataque frontal à inflação que o próximo governo ter necessariamente que adotar nos seus primeiros dias.

No plano fiscal o fundamental é que o governo atual deixe um orçamento equilibrado para o próximo. Os ministros do Planejamento e da Fazenda estão empenhados em que isto aconteça, mas tudo depende da decisão do Presidente de enviar o necessário aumento de impostos ao Congresso e este aprová-lo. Nem o Planalto nem o Congresso, entretanto, parecem muito dispostos a assumir a responsabilidade pelo problema. Os deputados e senadores do Norte e do Nordeste estão mais preocupados em garantir novos subsídios à suas regiões, através do desgastado e inaceitável estratagema de perdoar uma porcentagem qualquer da correção monetária. Felizmente o complô foi descoberto por Gilberto Dimenstein. Se a imprensa e a opinião pública pressionassem o atual governo para enviar um orçamento equilibrado para o Congresso, o trabalho do próximo governo seria menos árduo. Dada a anualidade dos impostos é agora que isto tem que ser feito.

No plano da dívida externa, está correto o governo em tentar um acordo com o FMI. E é obrigação deste organismo internacional procurar firmar o acordo, independentemente da decisão do governo brasileiro de voltar a pagar os juros da dívida externa. Desta forma o FMI estará dando uma contribuição importante para o equilíbrio macroeconômico do país em um momento tão difícil como o atual. Estará

ajudando efetivamente o país a evitar a hiperinflação. O Plano Brady autorizou o que o Brasil tanto demandava em 1987: a desvinculação entre os empréstimos das agências multilaterais e o acordo com os bancos privados.

Por outro lado é importante que o governo brasileiro continue com a moratória não declarada - mas efetiva - dos juros dos seus débitos de longo prazo. Para um ataque frontal à inflação no próximo ano é essencial que o Brasil disponha de reservas internacionais elevadas. Superiores a 10 bilhões de dólares. E a única forma de obtê-las é através da manutenção da suspensão do pagamento de juros.

Estas medidas ao mesmo tempo que facilitarão a tarefa do próximo governo são essenciais para que este governo termine seu mandato com a economia sob controle. Se o governo pretender simplesmente evitar a hiperinflação, como aconteceu com o governo Alfonsín na Argentina a partir do Plano Primavera, poderá morrer na praia. Para manter o equilíbrio de curto prazo é extremamente conveniente agir de forma firme em relação ao médio prazo.